

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: setembro de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico

Jornal Folha de São Paulo

Jornal O Globo

Jornal Estado de São Paulo

Sítio eletrônico do MDS

Sítio eletrônico do MDA

Sítio Eletrônico do MMA

Sítio eletrônico do INCRA

Sítio eletrônico da CONAB

Sítio eletrônico do MAPA

Sítio eletrônico da Agência Carta Maior

Sítio Eletrônico da Fetraf

Sítio Eletrônico da MST

Sítio Eletrônico da Contag

Sítio Eletrônico da Abag

Sítio Eletrônico da CNA

Sítio Eletrônico da CPT

Revista Globo Rural

Revista Isto é Dinheiro Rura

Índice

“A fome deixou de ser endêmica no Brasil”, afirma ministro Patrus Ananias – Sítio Eletrônico do MDS – 03/09/2009	3
Convivendo com a seca para mudar a caatinga - Letícia Lins – O Globo – Economia – 06/09/2009	4
Brasil inspira México na formulação de políticas de segurança alimentar – Sítio Eletrônico do MDA - 09/09/2009.....	7
Programa Alimento Seguro será desenvolvido em Santa Catarina – Sítio Eletrônico da CAN – 11/09/2009	8
“O Brasil pode produzir alimentos para o mundo” – Sítio eletrônico do MST - 11 de setembro de 2009	8
PAA: Agricultores podem comercializar até R\$ 16 mil – Sítio eletrônico do MDA - 18/09/2009	10
Compras para a alimentação escolar e a promoção da agricultura familiar – Renato Sérgio Maluf – Carta Maior – 21/09/2009.....	11
Aprovada inclusão da alimentação entre os direitos sociais – sítio eletrônico da contag - 22/09/2009	14
Direito à alimentação muito próximo de ser incluído na Constituição Federal – Sítio eletrônico do MDS – 22/09/2009	15
“A responsabilidade do combate à pobreza é de todos nós: governo e sociedade” afirma secretária Lúcia Modesto, do MDS – Sítio Eletrônico do MDS – 25/09/2009.....	15
Atuação no combate à fome e à pobreza é aprovada por 68% dos brasileiros – Sítio Eletrônico do MDS – 23/09/2009	16
Produção de alimentos terá que crescer 70% até 2050, prevê FAO - Svetlana Kovalyova – Valor Econômico – Agronegócios – 24/09/2009.....	16
A erradicação da fome é condição para fortalecer as democracias, afirma ministro Patrus Ananias – Sítio Eletrônico do MDS – 25/09/2009	17

“A fome deixou de ser endêmica no Brasil”, afirma ministro Patrus Ananias –
Sítio Eletrônico do MDS – 03/09/2009

O ministro do Desenvolvimento Social e combate à Fome, Patrus Ananias, apresentou nesta quarta-feira (2/9), em Campinas (SP), as políticas de segurança alimentar e nutricional do Governo Federal a uma plateia de pesquisadores e gestores nacionais e estrangeiros que participam da II Conferência Latino Americana e caribenha de Medidas de Segurança Alimentar e Nutricional (CLACMESA). “Ainda temos fome no Brasil, mas estamos trabalhando com muita determinação – e ajuda de parceiros – para erradicá-la definitivamente no País. Ela deixou de ser endêmica, está muito mais localizada, mas ainda temos desafios”, afirmou Patrus durante a palestra principal do evento.

O ministro relatou o histórico da fome no Brasil e lembrou palavras do escritor Josué de Castro, que no livro Geografia da Fome afirmou: “É um flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens”. Patrus Ananias explicou a estratégia do Fome Zero, conjunto de ações para erradicar a fome que inclui programas como Bolsa Família, Restaurantes Populares, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), entre outros. O papel do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) também foi lembrado, tanto para a provação da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) quanto agora, na iniciativa de incluir o direito à alimentação na Constituição Federal.

O evento em Campinas reúne pesquisadores de diversas universidades e centros de pesquisas com experiência e reconhecimento internacional na área de segurança alimentar e nutricional. O objetivo é analisar os avanços no diagnóstico da situação da insegurança alimentar familiar e nas políticas para seu enfrentamento ocorridos na América Latina e Caribe, desde a edição de seu primeiro encontro, na Colômbia, em 2007. É também uma oportunidade para que acadêmicos e gestores de políticas públicas compartilhem experiências, considerando as formas de medir a insegurança, o entendimento das situações que conferem vulnerabilidade às famílias e as consequências para a saúde e o bem estar daqueles que convivem com o baixo acesso à alimentação em quantidade suficiente e qualidade adequada.

A Conferência acontece até esta sexta-feira (4). Neste mesmo dia, às 8h30, a chefe de gabinete do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Adriana Aranha, faz a palestra “A Experiência do Fome Zero no Brasil”. O evento é organizado pela Unicamp, através do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (Nepa) em parceria com a Faculdade de Ciências Médicas (FCM) e o Instituto de Economia (IE).

Roberta Caldo

Convivendo com a seca para mudar a caatinga - Leticia Lins – O Globo – Economia – 06/09/2009

Projeto Dom Hélder Câmara, parceira entre governo e ONU, leva tecnologias e recursos ao semiárido nordestino

CARAÚBAS (RN). A caatinga está mudando. Isso se deve, em parte, ao Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), parceria entre o governo brasileiro e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida), órgão das Nações Unidas que financia iniciativas de desenvolvimento humano em várias regiões semiáridas do mundo. Implantado em 2003, o projeto está hoje em seis estados e 77 municípios. Ele contrata organizações não governamentais e entidades educativas para ensinar a comunidades do Nordeste tecnologias de convivência com o semiárido e meios de obter empréstimos de instituições financeiras. Ou seja, ensina a conviver com a seca.

Respeita-se a vocação das comunidades, ou seja, a que criava cabras, mas perdia o rebanho a cada seca, melhora essa criação, por exemplo. E ensina-se a agregar valor, beneficiando o produto.

Segundo estudo do Bird de 2001, 75% dos recursos que iam para projetos no Nordeste ficavam na burocracia. No caso do Projeto Dom Hélder Câmara, só 17% ficam na burocracia.

No Brasil, o Fida conta com uma rede liderada pelo PDHC que reúne cerca de 80 parceiros, sendo 26 de peso, como Petrobras e Banco do Nordeste do Brasil, além de universidades e igrejas. Segundo o diretor do projeto, o economista Espedito Rufino, o objetivo é atingir 32% dos 900 mil quilômetros quadrados do semiárido nordestino.

Para ONU, sertanejos ‘saíram do século XVIII para o XXI’ Em Caraúbas, município a 330 quilômetros de Natal, e outras 77 cidades do Nordeste, cerca de 15 mil famílias já não tentam sobreviver apenas do secular tripé milho-mandioca-feijão, que, quando muito, lhes garantia apenas a subsistência. Quando perdiam a colheita com a seca, os pequenos produtores iam para as frentes de emergência, criadas pelo governo.

Em meados da década de 1980, os órgãos oficiais comemoraram a implantação de cem mil pontos de água no semiárido: açudes, poços e cacimbões.

Sem a devida orientação técnica, eles pouco adiantaram.

Nas primeiras chuvas, 80% das obras iam embora. Eram as chamadas “barragens Sonrisal”.

Agora, os pequenos agricultores sertanejos utilizam barragens subterrâneas, que não são destruídas no inverno nem deixam evaporar a água no verão, garantindo terra molhada todo o ano. Os cultivos tradicionais vêm sendo substituídos por hortas orgânicas, que significam não só mais rendimentos como uma nova cultura alimentar. Eles também vêm agregando valor à produção, ao fazer sucos, compotas, polpas congeladas e processamento da castanha de caju.

Quase todas as casas no Sertão do Apodi (RN) têm hoje cisternas, iniciativa implantada pela Articulação do Semiárido, rede que visa a garantir água potável às comunidades.

O impacto inicial do PDHC já foi reconhecido pelo próprio Fida, cujo vice-presidente, Kevin Cleever, afirmou que os sertanejos “saíram do século XVIII para o XXI”. E não é difícil constatar isso, principalmente no Rio Grande do Norte, onde há o maior número de famílias beneficiadas: 2.042, espalhadas em 60 comunidades e assentamentos de 17 municípios.

Comunidades como a de Sombras Grandes, que não tinha água ou energia e registrava altos índices de Mal de Chagas, devido às casas de taipa. Hoje, suas 30 famílias têm luz, água encanada, chuveiro e residências em alvenaria. Elas viviam de uma atividade predatória: extrair madeira da caatinga para fazer carvão. Agora, aproveitam a água de poços perfurados pela Petrobras em busca de petróleo para irrigar hortaliças e pomares orgânicos.

Criam galinhas de capoeira, produzem adubo natural, praticam a caprinocultura e vão iniciar o plantio de algodão.

— Antes aqui era só carvão e lenha, e agricultura de sequeiro (em área sem irrigação) para consumo. Não tinha casa, luz, água nem renda. Agora todo mundo tem TV, máquina de lavar roupa, geladeira, e a água não é mais do pote — afirma Naelson da Silva Medeiros, de 28 anos, presidente da associação de moradores local.

Não muito longe dali, no assentamento Petrolina, Roberto Abel da Silva, também de 28 anos, comemora as mudanças após a instalação de uma minifábrica para processamento de castanhas de caju. Antes, a castanha in natura era vendida por R\$ 0,80. Agora o preço do quilo passou para R\$ 18, sendo processados cerca de 5 mil quilos por mês. São 43 famílias envolvidas, que produzem também compotas do fruto e um saboroso mel de caju que não leva açúcar, que se esgota nas feiras de agricultura ecológica ou familiar.

Na comunidade vizinha, Pedra II, são as mulheres que comandam: produzem cerca de 800 quilos de alimentos mensais à base das frutas e vendem tudo.

A atividade hoje é a maior fonte de renda do grupo, segundo Aracilda Cardoso de Sena.

Código de barras para chegar ao supermercado No assentamento Santa Agostinha, a 18 quilômetros do Centro de Caraúbas, as colmeias fazem a festa de 31 famílias. Além de trabalhar na produção do mel, um grupo de 24 jovens fabrica artesanalmente cosméticos como sabonetes, cremes de barbear, óleos bifásicos, sais para banho — uma atividade inédita na caatinga.

— Essas atividades mudaram até a forma da nossa união, enquanto comunidade.

Está todo mundo se associando, e a renda familiar engordando — conta o coordenador do grupo, Francisco Evanildo Costa Melo, de 29 anos.

Em Apodi, a 364 quilômetros de Recife, os pequenos agricultores já têm entreposto de mel, com selo do Serviço de Inspeção Federal. O produto, em bisnagas ou sachês, vai para a merenda escolar. Mas o sonho do tesoureiro do grupo, Francisco Moreira Costa, de 61 anos, é conseguir um código de barras para chegar aos supermercados: — O serviço é caro. Para o pequeno (produtor), as coisas ainda são mais difíceis

Comida colorida e TV em casa

Projeto de cultivo de hortaliças no semiárido eleva renda e muda dieta de moradores

Embora ainda não haja estudos sistemáticos comparando os resultados das

novas práticas de agricultura familiar do semiárido com aqueles de métodos tradicionais, as diferenças já são visíveis até mesmo na mudança da cultura alimentar. Nascido e criado na comunidade Sombras Grandes, em Caraúbas (RN), José Mariano Bezerra, 59, lembra bem das secas de 1958, 1970, 1982 e 1983, quando o pai se alistava nas frentes de emergência, a família passava necessidade, e o gado morria de fome e sede. Ele nem sabe quantas vezes perdeu os plantios de milho, feijão, mandioca e algodão. Hoje, se dedica principalmente à produção de caprinos — que convivem melhor com a seca —, aprendeu a fazer silagem para vacas e cabras e acaba de adquirir sua primeira televisão. Um silo custa uma hora de trator (R\$ 80) e tem capacidade para guardar 1,2 tonelada de forragem, suficiente para alimentar 16 cabras por três meses.

Bezerra conta que, com as hortaliças cultivadas na comunidade, a dieta já não acontece mais só em “preto e branco”, como se refere ao costumeiro feijão com farinha (ou arroz). Lembra que quando não havia luz, ninguém comprava verduras e legumes, porque elas murchavam logo. Agora, com o cultivo na comunidade, as refeições são “coloridas”, como sua primeira TV, comprada semana passada. — Agora tem produção e ninguém anda léguas para pegar água suja no açude — diz.

A superintendente do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) no Apodi, Rosane Fernandes de Souza Gurgel, acredita que a organização social facilita o convívio com o semiárido. Hoje, o mel produzido em assentamentos e comunidades já chega a 19 prefeituras, e 40 toneladas anuais alimentam 103 mil alunos, lembra Espedito Rufino, diretor do projeto, cujo objetivo é difundir tecnologias no semiárido que busquem meios de convivência com o clima, geração de renda e sustentabilidade.

— O que temos tentando é a ruptura com os conceitos sempre praticados no combate à pobreza rural do semiárido. Estamos investindo nas pessoas, implantando unidades de aprendizagem que possam induzi-las à convivência e que sejam, aos poucos, inseridas nas políticas públicas e de cidadania — diz Rufino. — A experiência em andamento no Nordeste já despertou o interesse dos governos de Senegal, Cabo Verde e África do Sul.

Filha de agricultores, Fátima Torres, 33, formou-se em pedagogia mas não desliga da terra. Ela lembra que o pai plantava só milho, feijão e sorgo. Com as secas, tudo se perdia, o gado era vendido a preço de banana. Quando tinha safra, o lucro ficava na mão do atravessador. Por esse motivo, organizou a Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável (Coopapi), que reúne 198 famílias e que consegue levar os produtos da região até para o exterior. A cooperativa atua em cinco municípios do sertão potiguar.

Famílias como as de Bezerra e Fátima respondem por 43% do valor bruto da produção agropecuária do Nordeste. No semiárido, onde vivem 21 milhões de pessoas, 84% dos estabelecimentos rurais são sustentados pela agricultura familiar, que absorvem 82,9% da mão de obra ocupada no campo. (Letícia Lins)

Brasil inspira México na formulação de políticas de segurança alimentar – Sítio Eletrônico do MDA - 09/09/2009

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foram duas medidas que atraíram a atenção de uma delegação do governo do México que está no Brasil para conhecer políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome. Interessados no programa que vincula a compra, diretamente de produtores familiares, dos alimentos destinados à merenda escolar, os mexicanos foram recebidos, nesta quarta-feira (9), pela Assessoria Internacional e de Promoção Comercial do MDA.

O PAA é uma das políticas que poderão ser implementadas no México a partir de 2010. A incorporação dos pequenos produtores ao mercado fornecedor – por meio da aquisição, pelo governo, de alimentos provenientes da agricultura familiar para abastecer a merenda escolar e o estoque regulador da União – chamou a atenção do diretor técnico nacional da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), Alfredo González Cambero.

A FAO assessora o governo mexicano em um novo desenho de políticas agrícolas. “O México ainda não possui medidas específicas de segurança alimentar como há no Brasil. É muito importante para o governo mexicano conhecer a política brasileira que inclui um círculo virtuoso de produção e consumo”, destaca Cambero.

Alternativa de renda

De acordo com o governo mexicana, alternativas de renda para as populações que vivem mais afastadas da Cidade do México, capital daquele país, é outra questão relacionada ao PAA que chama a atenção dos mexicanos. Dos 110 milhões de habitantes do país, 30% vivem da produção rural. O México, entretanto, enfrenta o desafio de inclusão sócio-alimentar para cerca de 50 milhões de pessoas que se encontram abaixo da linha da pobreza.

O diretor geral de Planejamento e Avaliação da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do México, Renato Olvera Nevárez, afirma que as experiências brasileiras devem complementar o Programa Nacional de Segurança Alimentar (Pesa) elaborado pelo governo mexicano e promovido pela FAO. “Esse pode ser um caminho para a resolução de um problema de comercialização no campo”, avalia Nevárez.

Exemplo brasileiro

As políticas brasileiras de combate à fome deverão ser adaptadas à realidade mexicana. “Não se trata de copiar 100% o modelo do Brasil, mas adaptarmos as melhores soluções”, ressalta Alfredo Cambero, da FAO. Para isso, o governo mexicano contará, primeiramente, com a análise de organismos autônomos – como a FAO e o Conselho Nacional de Avaliação – para a avaliação dos programas públicos.

A delegação mexicana em visita ao Brasil é composta, ainda, pelo diretor de Relações Institucionais e Operações do Ministério da Agricultura, Juan António González

Hernandez; o diretor de Desenvolvimento Regional, Jesus Sánchez Arciniega, e a presidente do Instituto Alteño de Desenvolvimento do Estado de Jalisco, Irma González.

Programa Alimento Seguro será desenvolvido em Santa Catarina – Sítio Eletrônico da CAN – 11/09/2009

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Santa Catarina (SENAR/SC) desenvolverá, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) a partir deste ano o Programa Alimento Seguro (PAS), que tem como objetivo garantir a produção de alimentos que garantam bem-estar à saúde do consumidor.

Segundo Gilmar Antônio Zanluchi, superintendente regional do SENAR/SC, até o fim do ano, as atividades prioritárias serão o treinamento e a qualificação dos instrutores. Já o atendimento da clientela-alvo e famílias rurais terá início em 2010.

O PAS vem sendo desenvolvido desde 2000 pelas instituições do sistema S, nos diversos setores da cadeia produtiva – indústria, comércio, campo, transporte, distribuição, consumidor e outras ações.

Em 2007, o SENAR integrou-se ao programa atuando diretamente no PAS Leite, juntamente com a Embrapa Gado Leite e o SEBRAE Nacional, promovendo uma série de reuniões técnicas para ajustes e adequações na metodologia e material didático existentes, dando início ao projeto piloto de implantação do programa em propriedades rurais produtoras de leite.

No mês passado, em Goiânia, foi realizado o treinamento dos educadores que serão responsáveis pelas capacitações dos instrutores e consultores dos estados envolvidos no projeto piloto (Alagoas, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraná Santa Catarina e São Paulo). Nas próximas etapas, que acontecem até dezembro, haverá a sensibilização dos parceiros estaduais, a capacitação dos instrutores e consultores dos Estados e dos produtores rurais.

Santa Catarina participará com até seis consultores/instrutores com experiência na área de produção de leite, qualidade e sanidade em leite.

Assessoria de Comunicação da Faesc

“O Brasil pode produzir alimentos para o mundo” – Sítio eletrônico do MST - 11 de setembro de 2009

Presidente da CPT Nacional, Dom Ladislau Biernaski veio a público pedir a atualização dos índices de produtividade rural. Ele nos concedeu esta entrevista, por telefone, onde parabeniza o presidente Lula pela iniciativa de assinar a atualização deste tão importante dado, que está 30 anos atrasado. Mas também aproveita para criticá-lo por, em oito anos na presidência, não ter realizado um processo de reforma agrária efetivo. “Lula perdeu uma oportunidade histórica”, afirmou ele.

Dom Ladislau disse que um novo índice de produtividade rural “vai obrigar que as grandes propriedades, de fato, usem as terras para produzir alimentos”. Ele discorda do ministro Stephanes, que é contra a revisão, pois pensa que o Brasil pode produzir ainda mais alimentos, não apenas para suprir as necessidades da população do país, mas também para exportar alimentos para o resto do mundo. “Nos últimos anos, tivemos um grande crescimento, e é bom que nos orgulhemos disso. O Brasil

produz já cerca de 130 milhões de toneladas de alimentos. Eu acho que poderia produzir muito mais, algo como 500 milhões toneladas. Isso mostra que as terras são mal utilizadas. O crescimento da produtividade no Brasil está bem situado diante de outros países. Mas poderemos dar muito mais ainda”, afirmou.

Confira a entrevista, divulgada pela CPT.

Porque a Igreja pede novo índice rural de produtividade?

A questão do índice da produtividade agrícola está prevista na própria Constituição. Há também uma lei federal que diz que ele deve ser atualizado a cada cinco, seis anos. Esse índice é, de fato, muito importante. Nós constatamos que, no Brasil, existem muitas áreas improdutivas, sobretudo de latifúndios. Essas terras deveriam ser melhor ocupadas para produzir alimentos para o Brasil e o mundo.

Um novo índice de produtividade muda a lógica do agronegócio brasileiro?

Sim, porque ele vai obrigar as grandes propriedades, de fato, a usarem as terras para produzir alimentos, conservando, evidentemente, aquelas áreas reservadas para a mata. O que importa é que as terras sejam bem aproveitadas para produzir alimentos. Hoje, infelizmente, já estamos 30 anos defasados no que diz respeito ao índice de produtividade. Pelas estatísticas que colhemos, quem produz mais são as pequenas propriedades que chamamos de agricultura familiar. Além disso, estamos numa grande campanha para que todos, grandes e pequenos, possam produzir alimentos saudáveis, ou seja, agroecológicos. Hoje li uma notícia em que o ministro Stephanes dizia que não é o momento adequado para se rever os índices, então quando será? Nós, hoje, sabemos que, de 30 anos para cá, a produção de carne triplicou em função das novas técnicas que possuímos. Queremos que essas terras sejam usadas para o bem da humanidade. Dizer que aumentar o índice de produtividade gerará uma quebraadeira geral é uma grande falácia. Se eu quero produzir mais, eu vou ganhar mais. Não podemos aceitar esse argumento para não rever o índice, porque ele não é verdadeiro.

Quais as mudanças mais significativas entre o último índice de produtividade e a realidade de hoje?

A lei não é cumprida, existe pouca fiscalização. Temos ótimas leis, mas pouca gente para fiscalizar. Falta organização dos agricultores e da sociedade para pedir essa fiscalização.

O Ministério da Agricultura é o primeiro responsável. O presidente determinou que o índice fosse refeito porque isso é uma ordem constitucional, mas quem deve fazer é o Ministério da Agricultura, ajudado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Depois, as organizações dos próprios agricultores podem ajudar, assim como as pessoas que querem trabalhar na terra.

Nos últimos anos, tivemos um grande crescimento e é bom que nos orgulhemos disso. O Brasil produz já cerca de 130 milhões de toneladas de alimentos. Eu acho que poderia produzir muito mais, algo como 500 milhões toneladas. Isso mostra que as terras são mal utilizadas. O crescimento da produtividade no Brasil está bem situado diante de outros países. Mas poderemos dar muito mais ainda.

Onde as ideias do ministro Guilherme Cassel destoam do que defende o ministro Reinold Stephanes?

Exatamente, as ideias são muito diferentes. Lamentamos que o ministro Stephanes esteja defendendo uma coisa retrograda. Ao invés de estimular, ele diz: “Para que produzir tanto, se o Brasil não tem necessidade dessa quantidade?” Como que não tem? O Brasil tem necessidade de mais alimentos, temos pessoas que passam fome. Será que ele não sabe isso? Além disso, o Brasil pode produzir alimentos para o

mundo. Embora eu tenha o maior respeito pelo ministro Stephanes, nesse aspecto ele está muito atrasado.

Quando deve sair um novo estudo sobre o índice de produtividade rural brasileiro?

Ele poderia ter aproveitado mais esse segundo mandato e realmente ter trabalhado numa reforma agrária efetiva. Ele perdeu um tempo precioso e não tem mais tempo para organizar uma reforma agrária que traria menos conflitos. Lula perdeu uma oportunidade histórica. Ainda assim, tenho que dizer parabéns ao presidente Lula que pediu que se revise os índices de produtividade.

PAA: Agricultores podem comercializar até R\$ 16 mil – Sítio eletrônico do MDA - 18/09/2009

Os agricultores familiares que participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) podem, agora, ampliar sua renda em até R\$ 16 mil nas modalidades operadas com recursos dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). As alterações foram oficializadas na última terça-feira (15), por meio do Decreto Presidencial 6.959, publicado no Diário Oficial da União (DOU).

O diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA, Arnaldo de Campos, explica que antes a comercialização destes agricultores poderia chegar a no máximo R\$ 7 mil no PAA.

Agora, um agricultor poderá acessar as modalidades Formação de Estoque e Compra Direta, totalizando R\$ 16 mil. Ou, acessar as modalidades Formação de Estoque e Doação Simultânea, totalizando R\$ 12,5 mil.

Ampliação em todas modalidades
Com o decreto, foram ampliados os limites dos valores máximos por agricultor familiar para comercializar pelo PAA que, antes, era de R\$ 3,5 mil por agricultor/ano em todas as modalidades do Programa, passando a ter valores diferenciados de acordo com as modalidades.

“Foram ampliados os limites do PAA pois se percebeu que uma grande parte dos agricultores e das organizações já poderiam comercializar muito mais do que os R\$ 3,5 mil estabelecidos, o que estava limitando a comercialização”, afirma Campos.

Para a Compra Direta da Agricultura Familiar e Apoio à Formação de Estoques, os limites ficam em até R\$ 8 mil por agricultor/ano, em cada modalidade.

Já as modalidades Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea e Compra Direta Local da Agricultura Familiar com Doação Simultânea passam a ter limites, cada uma, de até R\$ 4,5 mil por agricultor/ano.

Segundo o Decreto 6.959, outras modalidades que venham a ser criadas pelo Grupo Gestor, destinadas à formação de estoques estratégicos e às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, terão como limite o valor máximo de R\$ 4,5 mil por agricultor/ano.

Compras para a alimentação escolar e a promoção da agricultura familiar – Renato Sérgio Maluf – Carta Maior – 21/09/2009

A Lei nº 11.947/2009 pode se constituir num marco na história da alimentação escolar no Brasil, desde logo, por conferir densidade institucional a um programa que, embora antigo, carecia de definições em termos de diretrizes e obrigações dos gestores e entes federados envolvidos.

Renato S. Maluf

Sobre esse tema, ler também: ["Alimentação, escola e agricultura familiar"](#)

Em artigo anterior, apresentei a concepção e principais diretrizes do novo formato do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estabelecido pela recém sancionada Lei nº 11.947/2009. Abordo agora uma importante novidade introduzida pela referida lei quanto à utilização dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a Estados e municípios para a compra de alimentos para o programa. O artigo 14 obriga que se utilize no mínimo 30% do total dos recursos na aquisição de gêneros alimentícios originados diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

Prioridade é conferida aos assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Para o fornecimento de cerca de 47 milhões de refeições diárias, o FNDE previu repassar, em 2009, R\$ 2 bilhões. Estima-se que o aporte adicional de Estados e municípios para a compra de alimentos chegue a 25% do total federal, isto é, mais R\$ 500 milhões sobre os quais, porém, não pesa a referida obrigatoriedade.

Considerando apenas a dotação de recursos federais, a agricultura familiar passa a contar com um mercado institucional (de compras governamentais) de, pelo menos, R\$ 600 milhões anuais, podendo ser maior, caso haja suplementação orçamentária no ano em curso ou as compras da agricultura familiar ultrapassem o mínimo de 30%. Nem todo esse montante representa acréscimo, já que muitos gestores municipais já compravam alimentos dessa categoria de agricultor antes da entrada em vigor da lei, muitas vezes se valendo do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

Desde logo, não pode ser minimizado o papel da experiência desenvolvida pelo PAA na formatação das diretrizes do PNAE, que incorporam os agricultores familiares como fornecedores. O Brasil tem se destacado pela utilização das compras governamentais para o fortalecimento da agricultura familiar. O PAA, por sua vez, tem demonstrado ser esta uma alternativa viável de operacionalização de programas governamentais e não-governamentais, inclusive fornecendo há sete anos para as escolas como complemento ao PNAE. Destaque-se, porém, não estar ainda suficientemente definida a questão da interação das compras governamentais do PNAE e do PAA. Um importante exercício da intersetorialidade propugnada pelo enfoque da segurança alimentar e nutricional que fundamenta ambos os programas seria a integração da gestão das compras de alimentos por eles realizadas.

A Lei nº 11.947/2009 prevê a dispensa da observância do percentual de 30% quando o fornecimento pela agricultura familiar se defrontar com uma das seguintes circunstâncias: i) impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente; ii) inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios; ou iii) condições higiênico-sanitárias inadequadas. Esse último ponto foi objeto de intensa negociação quando da votação final da lei no Senado Federal, envolvendo gestores das três esferas de governo, entidades de agricultores, organizações e redes sociais e o CONSEA, aliás, atores bastante envolvidos na própria formulação do projeto de lei. Note-se que estiveram em confronto distintas avaliações sobre a capacidade de as várias modalidades de agricultura familiar responderem, local ou regionalmente, a essa demanda.

A questão aqui subjacente é a conversão de um limite – admitindo-se que a referida capacidade da agricultura familiar terá que ser construída em várias regiões do país – em decisão política de utilizar o potencial do instrumento das compras governamentais na promoção de um desenvolvimento não só ambientalmente sustentável como também mais equitativo, por meio do estímulo à agricultura familiar.

Os agentes responsáveis pela aquisição dos alimentos são as respectivas Secretarias de Educação, as escolas federais ou as unidades executoras por meio de delegação; porém, prevê-se o envolvimento também das Secretarias de Agricultura e de Saúde, Emater, organizações da agricultura familiar, nutricionistas, Conselhos de Alimentação Escolar, de Desenvolvimento Rural e de Segurança Alimentar e Nutricional (municipais e estaduais). Essa participação é especialmente importante no mapeamento da disponibilidade e variedade da produção local, bem como na estrutura e no porte dos possíveis fornecedores a serem cadastrados pela Secretaria de Educação. A lista dos alimentos a serem adquiridos se origina da elaboração dos cardápios de responsabilidade de um/a nutricionista.

Tratando-se de aquisição realizada com chamada pública de compra com dispensa de procedimento licitatório, a regulamentação do programa definiu procedimento com vistas a combinar a obtenção de preços compatíveis com os vigentes no mercado local e a oferta de remuneração adequada aos agricultores. Como regra geral, a pesquisa de preços deve levar em conta os preços de referência praticados no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Nas localidades em que não houver PAA (municipal e/ou estadual), os preços de referência para aquisições de até R\$ 100.000,00/ano devem levar em conta a média dos preços pagos aos produtos da agricultura familiar por três mercados varejistas locais (privilegiando feiras de agricultores familiares) ou os preços vigentes de venda no varejo local. Para aquisições acima de R\$ 100.000,00/ano, as referências podem ser a média dos preços praticados no mercado atacadista nos últimos 12 meses ou dos preços apurados em licitações de compra de alimentos, ou ainda os preços vigentes em três mercados atacadistas locais ou regionais. Por fim, os preços não poderão ser inferiores aos dos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF).

Outro aspecto importante, também objeto de discussão intensa, foi o reconhecimento da possibilidade de participação de agricultores familiares organizados tanto em grupos formais, na forma de cooperativas e associações, quanto em grupos informais,

apoiados por entidades articuladoras não remuneradas e sem responsabilidade formal. Além desses grupos, participa também a categoria denominada de empreendedores familiares rurais. Em todos os casos, é requerida a declaração de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF. Há um limite de compra de R\$ 9.000,00 anuais por agricultor, e de até R\$ 100.000,00 dos grupos informais. Uma inquietação vem sendo levantada quanto à seleção dos agricultores que participarão do programa e o risco de práticas clientelistas, remetendo à questão, não discutida aqui, do controle social sob responsabilidade dos CAEs, o qual pode receber importante contribuição dos CONSEAs estaduais e municipais.

Os grupos formais e informais e os empreendedores familiares rurais apresentam projeto de venda de gêneros para a alimentação escolar, cuja seleção pelo setor competente priorizará as propostas de grupos do município. Em não se obtendo as quantidades necessárias, estas poderão ser complementadas com propostas de grupos da região, do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade. Ressalte-se que as normas do programa sugerem ter em conta, também, a sazonalidade da produção e priorizar, sempre que possível, os gêneros alimentícios orgânicos ou agroecológicos. Além disso, o detalhamento do cardápio obriga incluir porções de frutas e hortaliças, limita conteúdos de açúcar e gorduras, proíbe bebidas com baixo teor nutricional (refrigerantes e refrescos artificiais) e restringe embutidos, enlatados e preparados.

A Lei nº 11.947/2009 pode se constituir num marco na história da alimentação escolar no Brasil, desde logo, por conferir densidade institucional a um programa que, embora antigo, carecia de definições em termos de diretrizes e obrigações dos gestores e entes federados envolvidos. O PNAE pode ser incluído entre os chamados “programas basilares” do futuro Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, previsto na Lei nº 11.346/2006. Este qualificativo se deve ao fato de ser este um programa em área-chave que, ademais, extrapola seus objetivos primeiros e estruturas específicas, sendo capaz de atuar como nucleador de ações integradas que expressam a desejada intersetorialidade da segurança alimentar e nutricional.

Por fim, cabe destacar que, desde a construção da proposta que resultou na nova lei até, principalmente, sua materialização em todos os municípios do país, o PNAE envolve um exercício nada óbvio da perspectiva do direito à alimentação e da intersetorialidade reivindicada pelo enfoque da soberania e da segurança alimentar e nutricional que vem sendo desenvolvido no Brasil. Considere-se não só a multiplicidade de atores com olhares distintos e interesses nem sempre coincidentes, como também as relações nem sempre harmoniosas entre os entes federados. No mínimo, assiste-se à criação de um elo institucional entre a escola e a atividade de ensino e a agricultura de base familiar, mediada pelos alimentos (os bens alimentares) e pela alimentação (o modo como nos apropriamos desses bens).

Aprovada inclusão da alimentação entre os direitos sociais – sítio eletrônico da contag
- 22/09/2009

Conforme informações da Agência Câmara, a comissão especial que analisa a PEC 047/2003, do Senado, acabou de aprovar a inclusão do direito à alimentação no artigo 6º da Constituição, como direito social.

A votação unânime do parecer do relator, deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES) - que aconteceu durante um ato público -, foi aplaudida por representantes de entidades que defendem esse direito.

O relator afirmou que esta inclusão vem atender a inúmeros tratados internacionais aos quais o País aderiu e também vai garantir que políticas de combate à fome e à miséria se tornem políticas de Estado, não podendo ser modificadas ou prejudicadas pelas mudanças administrativas.

Segundo informações divulgadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, o direito humano à alimentação se desdobra em inúmeros outros, como a garantia de acesso a comida saudável e sustentável. Além dos programas de fornecimento direto de leite, por exemplo, ou dos programas de renda, é necessário garantir aos agricultores familiares o acesso à terra e a manutenção dos cultivos tradicionais.

Fonte: Verônica Tozzi, da Agência Contag de Notícias

O Programa Mundial de Alimentos (PMA), órgão ligado à ONU, informou nesta quarta-feira (16/9) um penoso recorde: pela primeira vez na história, o número de pessoas que passa fome no mundo superou o bilhão. Ao mesmo tempo, os países seguem cortando as ajudas humanitárias por causa da crise, ao ponto de que as doações caíram ao nível de 20 anos atrás. Uma combinação, que a diretora do PMA, Josette Sheeran, qualificou de “receita para o desastre”.

A reportagem está publicada no jornal espanhol El País, 17-09-2009. A tradução é do Cepat.

Este ano, os países confirmaram apenas 1,8 bilhão de euros dos 4,6 bilhões necessários para alimentar 108 milhões de pessoas, informou Sheeran. As consequências logo serão vistas em seus programas no Quênia, Guatemala e Bangladesh, que requerem intervenções urgentes. A Organização necessita de dois bilhões de euros extras para enfrentar seus problemas este ano.

Sheeran destacou que com menos de 1% do que os países ricos gastaram para salvar os sistemas financeiros, se poderia solucionar a fome – com algo mais que “soluções de longo prazo”, insistiu – e por isso instou os países do G-20 (as economias mais ricas e as emergentes) para que aproveitem a próxima reunião em Pittsburgh (Estados Unidos), porque têm “uma oportunidade ideal para colocar a fome no mapa”.

A situação só será solucionada quando “o mundo tomar a fome a sério”, disse Sheeran. O grupo que acompanha o desenvolvimento dos Objetivos do Milênio da ONU criticou nesta quarta-feira o descumprimento dos compromissos por parte dos países. Desde 2005, o G-20 deixou de dar 23 bilhões de euros anuais.

Direito à alimentação muito próximo de ser incluído na Constituição Federal – Sítio eletrônico do MDS – 22/09/2009

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 47, de 2003, aprovou nesta terça-feira (22/9), em Brasília (DF), o texto que altera o artigo 6º para introduzir a alimentação como direito social. O relatório do deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES) foi aprovado por unanimidade pelos presentes. Agora, a PEC segue para votação no plenário da Casa.

Para o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Crispim Moreira, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a aprovação do texto permite que a população tenha instrumentos para cobrar das autoridades o direito universal à alimentação. “O Brasil se coloca de maneira ainda mais enfática como referência mundial no combate à fome”, destaca Moreira.

O presidente da Comissão Especial, Armando Abílio (PTB/PB), deseja que a PEC passe pelas duas sessões de votações no plenário da Câmara dos Deputados até o próximo dia 16 de outubro quando é comemorado o Dia Mundial da Alimentação. Abílio lembra ainda que a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) convocou reunião com a cúpula mundial para o mês de novembro, em Roma (Itália). “Será muito bom para o Brasil que o presidente Lula anuncie que o País tem garantido em seu texto constitucional o direito à alimentação”, disse.

Clique e ouça o boletim de rádio: [Direito à alimentação poderá ser constitucional.](#)

André Carvalho

“A responsabilidade do combate à pobreza é de todos nós: governo e sociedade” afirma secretária Lúcia Modesto, do MDS – Sítio Eletrônico do MDS – 25/09/2009

A secretária nacional de Renda de Cidadania, Lúcia Modesto, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), destacou nesta sexta-feira (25/9), durante a solenidade de abertura do I Seminário Nacional de Controle Social, em Brasília (DF), a importância da participação e controle social, especialmente dos conselhos, na consolidação das políticas públicas. Ela representou o ministro Patrus Ananias no evento, promovido pela Controladoria-Geral da União (CGU).

“A responsabilidade do combate à pobreza e à desigualdade é de todos nós: governo e sociedade. A instrumentalização e capacitação dos conselhos é estratégica para que de fato consigamos efetivar as políticas públicas, principalmente da área social. O programa Bolsa Família, do MDS, não chegaria onde chegou hoje se nós não

tivéssemos o compromisso da participação e controle social dos Municípios”, salientou a secretária. Ela lembrou que esse é também o tema da VII Conferência Nacional de Assistência Social, que acontece entre os dias 30 de novembro e 3 de dezembro deste ano, na capital federal. “O MDS está totalmente alinhado com a proposta de avançarmos juntos na construção e capacitação de conselheiros, pois só assim conseguiremos implementar políticas descentralizadas que sejam efetivas, democráticas e operacionalizadas da forma mais transparente possível”, lembrou Lúcia Modesto.

O I Seminário Nacional de Controle Social prossegue até domingo (27), na sede da Confederação Nacional Trabalhadores do Comércio (CNTC), em Brasília, com a participação de cerca de 500 lideranças comunitárias, integrantes de conselhos de fiscalização dos diversos programas governamentais e representantes de organizações não-governamentais. O encontro conta com o apoio da Embaixada Britânica no Brasil e das organizações não-governamentais Associação dos Amigos de Ribeirão Bonito (Amarribo) e Avante – Mobilização e Educação Social, e do Instituto de Fiscalização e Controle.

Atuação no combate à fome e à pobreza é aprovada por 68% dos brasileiros – Sítio Eletrônico do MDS – 23/09/2009

De cada 100 brasileiros, 68 aprovam a atuação do Governo Federal no combate à fome e à pobreza. É o maior índice entre as nove áreas avaliadas na pesquisa CNI/Ibope de setembro.

O levantamento mostra ainda que aumentou a taxa de aprovação em relação aos dados anteriores, de junho e março, quando 60% e 56%, respectivamente, avaliavam positivamente as ações de enfrentamento à fome e à pobreza.

A pesquisa, com questionários aplicados entre os dias 11 e 14 de setembro, entrevistou 2.002 brasileiros com mais de 16 anos em 142 Municípios. Os dados foram divulgados na terça-feira (22/9) e estão disponíveis na internet: www.cni.org.br.

No dia anterior, segunda-feira (23), outro levantamento, da Fundação Getúlio Vargas, mostrou que 19,4 milhões de brasileiros saíram da pobreza desde 2003. O estudo registrou que o Brasil tem a menor taxa de pobreza (16,02%) desde que essa pesquisa começou a ser feita, em 1992.

Produção de alimentos terá que crescer 70% até 2050, prevê FAO - Svetlana Kovalyova – Valor Econômico – Agronegócios – 24/09/2009

O mundo precisará produzir 70% a mais de alimentos até 2050 para alimentar uma população extra projetada em 2,3 bilhões de pessoas, de acordo com a Agência para Agricultura e Alimentos (FAO, na sigla em inglês), da Organização das Nações Unidas.

Em documento divulgado ontem, a organização aponta que a demanda global por cereais destinados à alimentação humana e animal deverá subir para 3 bilhões de toneladas nesse período, e mais ainda será necessário para atender à indústria de biocombustíveis. De acordo com a agência, isso representaria uma elevação de quase 1 bilhão de toneladas, já que a produção de cereais no mundo hoje soma cerca de 2,1 bilhões de toneladas.

A produção de carnes, por sua vez, deveria crescer em mais de 200 milhões de toneladas para alcançar os 470 milhões de toneladas que a FAO estima serem necessárias para 2050. "Mas estamos cautelosamente otimistas com o potencial do mundo em conseguir se alimentar em 2050", disse Hafez Ghanem, diretor-geral-assistente da FAO, que é sediada em Roma. Ghanem acrescentou, porém, que as mudanças climáticas e o advento dos biocombustíveis podem ser uma grande ameaça à agricultura.

Segundo a organização internacional, os investimentos em agricultura e na melhoria dos acessos aos alimentos também devem ser incrementados. Caso contrário, 370 milhões de pessoas ficarão sem alimentos até 2050 (ou 5% da população mundial). Até o fim deste ano, 1 bilhão deverão enfrentar a fome.

A área de terra agricultável também mereceu atenção no documento divulgado ontem pela FAO: a expansão terá de se dar em cerca de 120 milhões de hectares nos próximos 40 anos em países em desenvolvimento, principalmente na América Latina e na África Subsaariana.

Outro desafio para os anos que virão será tornar agricultáveis porções de terra que hoje não estão em uso por contaminação química ou falta de infra-estrutura, lembrou o documento.

A erradicação da fome é condição para fortalecer as democracias, afirma ministro Patrus Ananias – Sítio Eletrônico do MDS – 25/09/2009

“A erradicação da fome é condição necessária para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e o Estado deve atuar diretamente na promoção dos direitos da pessoa humana”. Assim, o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, defendeu as políticas sociais durante o XI Simpósio Iberoamericano de Filosofia Política, realizado nesta quinta-feira (24/9) em Bahia Blanca, na Argentina.

Durante uma hora, ele fez a Conferência Magistral “A luta contra a fome e a consolidação da democracia, da comunidade e das instituições” e depois respondeu às perguntas da plateia, que reuniu cerca de 120 pesquisadores, professores e estudantes de países como Brasil, Argentina, Chile e Colômbia, entre outros. O público reconheceu a importância das políticas sociais brasileiras para toda a região e o ministro Patrus foi considerado um exemplo do mundo acadêmico que está colocando em prática políticas públicas.

“No quadro das extraordinárias conquistas científicas e tecnológicas que asseguram a produção de bens necessários a uma vida digna para todos, é inaceitável que uma pessoa esteja excluída dos direitos sociais básicos: alimentação, assistência social, relações familiares e comunitárias, educação, saúde, cultura, informação, capacitação profissional, trabalho”, afirmou o ministro. Ele defendeu que o Estado tenha um papel ativo para garantir que todos os cidadãos tenham igualdade de oportunidades, lembrando que a miséria e a pobreza são limitadoras.

O ministro Patrus explicou o processo brasileiro de exclusão social e fome, que têm suas raízes na escravidão e na colonização do país, e relatou os avanços recentes – a Constituição Federal; o Estatuto da Criança e do Adolescente; a Lei Orgânica da Assistência Social; a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional e, agora, a mobilização para incluir o direito humano à alimentação adequada na Constituição, através da Proposta de Emenda Constitucional nº 47 – PEC/47.

De acordo com o ministro, as políticas sociais voltaram a ter prioridade a partir do governo do Presidente Lula, inclusive com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2004. E relatou as transformações da sociedade brasileira: “Entre 2002 e 2007, 14 milhões de pessoas deixaram a extrema pobreza e a desigualdade diminuiu, com a queda do Índice de Gini, em função de políticas públicas como o Bolsa Família, que contribui para romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações”. E concluiu: “As políticas sociais devem ser permanentes e cada vez mais vigorosas, até que tenhamos um Estado do Bem-Estar Social abrangente, sólido, garantidor de direitos e oportunidades iguais para todos.”

O encontro, que termina neste sábado (26), é promovido pela Associação Iberoamericana de Filosofia Política, organização com fins acadêmicos que surgiu no início da década de 90 a partir de um trabalho realizado por pesquisadores espanhóis e mexicanos, com o apoio da Revista Internacional de Filosofia Política.

Roberta Caldo - com informações de Antonio Claret

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

